



5653726



08129.016406/2017-26

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****ATA N.º 1 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS
SOBRE DROGAS**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, realizada no dia 19 de dezembro de 2017, às 10 horas e 4 minutos, no Salão Negro do Palácio da Justiça.

Aos dezanove do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e quatro minutos, no Salão Negro do Palácio da Justiça, reuniu-se o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, convocado por meio do Ofício n.º 468/2017/GM, datado em 7 de dezembro de 2017, com a presença dos Senhores Conselheiros Titulares: Carlos Alberto Iglesias Salgado, Célio Luiz Barbosa, Fernanda Rodrigues Targino, Gabriel Boff Moreira, Gláucia Barbosa Pinto de Campos, Haroldo Jorge Praciano Pereira, Patrícia Nunes Naves, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Quirino Cordeiro Júnior, Renata de Moraes Souza, Ricardo Lião, Roberto Bicudo Larrubia, Vinicyus Ferreira dos Santos Souza. Conselheiros Suplentes: Alexandre Custódio Neto, Ana Carla Couto de Miranda Castro, Clarissa Paranhos Guedes, Francisca Lucélia Ribeiro de Farias, Janaína Monteiro de Barros Frederico, Paulo Fernando Melo da Costa, Solange da Silva Moreira e Walmir Gomes de Almeida. Ouvintes: Alexandre Cassar Magdalena, Domingos Sávio Dresch da Silveira e Patrícia Tiana Pacheco Lamarão, Convidados: Camila Colares Bezerra, Marcilândia Araújo e Camila Colares, Humberto de Azevedo Viana Filho na qualidade de Secretário Executivo do Conselho, sob a Presidência do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim. Havendo número legal, o Presidente do Conad cumprimentou a todos e deu por aberta a sessão. Em prosseguimento, apresentou a pauta da reunião e opinou sobre a liminar que suspende a Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 do Conad, dizendo que a autoridade científica e a autoridade profissional prescinde dos membros do Conselho. Alertou sobre os riscos de uma resolução normativa que seduza os que podem aplicar a lei e os programas para que adotem por si mesmo a recomendação para evitar o confronto judicial. Fez uma reflexão sobre o debate de uma política sobre drogas de capacitação e pesquisas, pediu para os conselheiros assinarem o termo de posse e em seguida foi realizada a foto oficial com todos os conselheiros. Após, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, que na qualidade de conselheiro fez uma reflexão das políticas sobre drogas, ressaltou os avanços do Ministério da Saúde, afirmou que o problema das drogas só se agravou, mencionou que direta ou indiretamente as crises tem alguma relação com a epidemia das drogas e da necessidade de discutir algumas diretrizes baseadas em resultados em pesquisas científicas. Por fim, falou da proposta de reestruturação. O Presidente do Conselho se pronunciou sobre o pressuposto de que as atividades ligadas ao combate às drogas que estejam atreladas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sejam de segurança pública. Pois se o propósito do conselho é estudar as medidas de reinserção social e cura, não primordialmente de segurança pública, que o conselho poderia estar mais próximo dos Ministérios da Saúde ou do Desenvolvimento Social. O ouvinte Ronaldo Laranjeiras falou da importância da interação da legislação na área de saúde e que o Governo possa ter definições para sociedade brasileira principalmente relacionadas ao uso abusivo de álcool e drogas. O Secretário Executivo do Conselho Humberto Viana sugeriu aos conselheiros a aprovação por maioria simples das memórias das reuniões anteriores, devido à ausência de atas assinadas, os conselheiros Vinicyus Ferreira dos Santos Sousa, Solange da Silva Moreira e Francisca Lucélia Ribeiro de Farias alegaram que existem as atas assinadas

das reuniões anteriores. O conselheiro Vinicyus se prontificou a ajudar oferecendo as datas dos documentos e os e-mail's. O Secretário Executivo do conselho propôs que os conselheiros possam colaborar com o resgate das atas anteriores e ressaltou que dentro da Senad será realizada uma nova busca para obter esses dados. Foi aberta a discussão sobre os grupos de trabalho instituídos nas reuniões anteriores: "Cacto Peyote", "Recurso Extraordinário 635.659", "Regulamentação do Conselho" e "Atuação Internacional da Política sobre Drogas". O Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dr. Claudenir falou que na Administração Pública a criação de grupo de trabalho é a melhor maneira de fazer um tema andar ou de fazer um tema não andar e isso depende muito da composição do grupo de trabalho da iniciativa dos membros do grupo e da coordenação efetiva, a sugestão foi definir quais são os grupos importantes, os grupos que não existem a necessidade de dar prosseguimento, aqueles que tem importância que há uma expectativa que traga um resultado prático para o conselho, que seja designado um coordenador, que a coordenação converse com os membros do grupo e possa apresentar um plano de trabalho efetivo com datas, ações a realizar. O Conselheiro Paulo Aguiar perguntou se existe algum estudo que revela o fracasso do CAPS e questionou a eficácia das comunidades terapêuticas, dizendo que comunidade terapêutica não é equipamento de saúde e que está acontecendo um show de horrores, violências, violações aos direitos humanos, e ainda, um tratamento com base religiosa. Apontou o porquê das objeções das fiscalizações dentro das comunidades terapêuticas. Em seguida, a Conselheira Patrícia Naves relatou a sua experiência familiar com a dependência química e destacou a importância das comunidades terapêuticas. O Conselheiro Quirino falou sobre a política de saúde mental, e destacou que existem CAPS funcionando sem a avaliação de efetividade e obras que foram financiadas no programa "Crack é Possível Vencer" que foram canceladas pela falta de execução, e questionou o funcionamento dos CAPS. Informou que um quarto dos CAPS não apresentam equipe mínima para o seu funcionamento. Ressaltou que existem três programas de prevenção internacionais, que apresentam fracassos no Brasil. O ouvinte Domingos perguntou sobre o calendário de reuniões do conselho. O conselheiro Osmar Terra falou da carência de política sobre drogas pela qual estamos passando, falou da sua frustração com o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, mencionou o desespero das famílias e da sua experiência durante oito anos como Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, sugeriu uma pesquisa com as famílias que fazem uso das Comunidades Terapêuticas - CT's e do CAPS. O Secretário Executivo citou algumas palavras chaves utilizadas no discurso dos conselheiros durante a reunião: "custos", "resultados", "planejamento", "pessoas", "realidade", diante disso o Secretário Executivo achou que a melhor proposta seria o Conselho criar um grupo de trabalho que fosse coordenado por um dos conselheiros e que em um prazo mínimo elaborasse uma pauta e um cronograma de trabalho. O conselheiro Osmar Terra sugeriu para que o Conselho se reúna todo mês, trazendo alguns temas para o debate e a cada reunião já ter uma pauta para apresentar uma proposta e um debate para tomar algumas decisões, em seguida apresentou uma proposta e distribuiu uma cópia para cada conselheiro, seria uma proposta de modificação na política sobre drogas no país, ainda, falou que o Ministério do Desenvolvimento Social pode colaborar com as despesas de passagens e pediu para o Dr. Claudenir verificar a forma legal para fazer essa colaboração. O Secretário Executivo abriu a votação para criar um grupo de trabalho para discutir a proposta da política sobre drogas, apenas dois conselheiros foram desfavoráveis, a conselheira Solange e o conselheiro Vinicyus. Os representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, Conselho Federal de Medicina, Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas, Conselho Federal de Serviço Social, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Terceiro Setor, Conselho Estaduais de Políticas sobre Drogas, Conselho Federal de Psicologia, União Nacional dos Estudantes, Ministério da Saúde e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. No final, o Secretário Executivo informou os conselheiros sobre a situação da Resolução nº 1/2015 do Conad. Em seguida, o Conselheiro Osmar Terra agradeceu a presença de todos em nome do Presidente do Conselho e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Juberto Israel Nogueira de Souza, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros, estando a gravação integral da Reunião Ordinária à disposição em meio digital. Brasília, 19 de dezembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA RODRIGUES TARGINO, Conselheiro(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 24/01/2018, às 13:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO, Secretário(a)-Executivo do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 24/01/2018, às 18:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LIAO, Usuário Externo**, em 02/02/2018, às 16:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Bicudo Larrubia, Usuário Externo**, em 20/02/2018, às 16:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5653726** e o código CRC **730E210F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08129.016406/2017-26

SEI nº 5653726